



ARTIGO

**O ESPÍRITO SANTO
(1959-1966): CARLOS
LINDENBERG E
FRANCISCO LACERDA DE
AGUIAR: POPULISMO OU
CORONELISMO?**

Jefferson Ferreira Alvarenga

Mestre em História Social das Relações Políticas (2012). Especialista em História política (2009) e graduado em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal do Espírito Santo (2006). Professor de Sociologia na Secretaria Estadual de Educação – ES.

Resumo

Este artigo discute preliminarmente como emergiu novas práticas políticas no Espírito Santo, entre os anos de 1959 a 1966, enfatizando duas lideranças políticas, a saber: Carlos Lindenberg e Francisco Lacerda de Aguiar. A questão central que se debate é qual forma de relação se estabeleceu entre a sociedade capixaba e aquelas lideranças políticas entre a década de 1950 a 1960, considerando que o estado passava por uma transição de sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial. Nossa hipótese é que houve a existência de uma experiência de participação das massas populares urbanas e rurais e que tais lideranças supracitadas, usaram práticas convidativas para atingir um público heterogêneo socialmente.

Palavras-Chaves: Política, Espírito Santo e História.

Resumen

En este artículo se discute de manera preliminar como surgió nuevas prácticas políticas en el Espírito Santo, entre los años 1959-1966, destacando dos líderes políticos, a saber: Carlos Lindenberg y Francisco Lacerda de Aguiar. La pregunta central que se debate es qué tipo de relación se establece entre la sociedad capixaba y aquellos líderes políticos entre la década 1950-1960 teniendo en cuenta que el estado pasaba por una transición de una sociedad agraria a una sociedad urbano-industrial. Nuestra hipótesis es que hubo la existencia de una experiencia de participación de las masas urbanas y rurales y tales líderes antes citados, utilizaban prácticas que invitan a lograr un pueblo socialmente heterogêneo.

Palabras clave: la política, el Espírito Santo y la historia.

Coronelismo versus Populismo

Antes de tudo é necessário fazer uma breve investigação sobre o conceito de populismo e o conceito de coronelismo. Como afirma Carvalho (1997, p. 1) a utilização indiscriminada de conceitos como o populismo, o coronelismo, o mandonismo e o clientelismo pode levar os intelectuais a uma dificuldade em utilizar tais conceitos de forma mais precisa.

Sem dúvida, Victor Nunes Leal (1997), ao analisar o coronelismo, o entendeu como um sistema político de reciprocidades que emergiu na sociedade brasileira entre os anos de 1889 a 1930. Em seu livro: *Coronelismo, enxada e voto*, ele define o coronelismo:

[...] como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência de poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é sobretudo [sic] um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido,

e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (LEAL, 1997, p. 40).

Além disso, Victor Nunes Leal (1997) considera que a existência do coronelismo depende de uma troca de proveitos entre o poder público e os chefes locais que constituem o poder privado. Dessa maneira, as relações verticais eram sempre manipuladas por um chefe local e, na maioria das vezes, ele estabelecia o seu controle no meio rural onde se concentrava a maior parte do eleitorado. Mas, nem sempre o coronel estava na zona rural, ele poderia ser um médico, advogado ou um burocrata especializado que, como chefe local, obtinha somas consideráveis de votos de cabresto (LEAL, 1997, p. 41).

Por outro lado, Raymundo Faoro (1997) entende o coronelismo como um fenômeno político que participa da estrutura patrimonial e aproveita das ligações pessoais formadas por uma rede de clientela com a finalidade de obter as benesses públicas (FAORO, 1997, p. 631). Ademais, o coronel utilizava seus poderes públicos para fins particulares, ou seja, misturava a organização do Estado a seus próprios bens pessoais, fazendo emergir, assim, o filhotismo¹ e deste, o mando-

¹ Para Leal, o filhotismo compreende favores pessoais de toda ordem, desde arranjar emprego público até os mínimos obséquios. Geralmente, esses favores são destinados aos amigos do Coronel ou aos seus eleitores (LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997, p. 60).

nismo², o qual compreendia favores pessoais que aumentavam o poder pessoal do coronel e ampliavam também sua clientela. Esse controle do coronel levava a oligarquia estadual a depender do poder aliciador do coronel, que se apropriava das oportunidades econômicas do município e do controle dos cargos públicos que geralmente eram entregues às principais famílias locais.

Diferentemente do coronelismo, o mandonismo refere-se a um indivíduo que detém um poder hegemônico sobre o povo, por causa de algum recurso estratégico que ele possui, por exemplo, a terra. O mandonismo não é um sistema, mas uma prática política vigente principalmente da América Latina (CARVALHO, 1997, p. 2). Já o clientelismo, segundo Carvalho (1997, p. 2), não pode ser confundido com o coronelismo, pois se trata de um conceito muito mais amplo. Apesar de o sistema coronelista envolver relações e práticas de natureza clientelística.

Ao examinarmos as relações políticas no estado do Espírito Santo entre os anos 1959-1966, entendemos que o populismo permaneceu no seio da relação Estado-Sociedade como forma de mediação entre a sociedade e o Estado. Desta forma, apesar de não haver um estudo profundo sobre o coronelismo no Espírito Santo, esse modelo político sempre esteve presente na política estadual da Primeira República (1889-1930). Isto de acordo com os estudos de Marta Zorzal e Silva (1986) e João Gualberto Vasconcelos (1995) que demonstraram com propriedade a existência

² Para Leal, o mandonismo se manifesta na perseguição aos adversários: “para os amigos pão, para os inimigos pau”. As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais (Ibid., p. 61).

desse sistema político no estado. Posterior à Primeira República (1889-1930), encontramos práticas políticas como o clientelismo, o mandonismo e o filhotismo, porém não o sistema coronelista.

No caso do populismo houve várias formas de conceituá-lo. Alguns autores, como exemplo, Octávio Ianni (1978), entende o populismo como um projeto de desenvolvimento econômico. Não obstante, para Francisco Weffort (2003) o populismo é compreendido como uma forma de emergência das massas populares na política. Todavia, tal conceito passou por uma intensa revisão acadêmica a partir da década de 1980. Estudiosos como Ângela Maria de Castro Gomes (1994), Maria Helena Rolim Capelato (2009) e Jorge Ferreira (2001) deram uma nova visão aos estudos do populismo no Brasil. No entanto, é certo que seria impossível neste artigo, avaliar as obras e as contribuições de cada intelectual citado, também isto não é a finalidade deste estudo.

Para entendermos e aplicarmos o conceito populismo no Espírito Santo foi necessário buscar uma nova forma de compreensão do próprio conceito. Por isso, partimos do estudo realizado por Maria Moria Mackinnon e Mário Petrone (1998): *Populismo y neopopulismo em América Latina: El problema de la cenicienta*. Nessa obra, os autores analisam o populismo como conceito e para eles a experiência populista pode ser aplicada em uma realidade social levando em consideração algumas unidades mínimas analíticas. Portanto, Mackinnon e Petrone consideram que para se caracterizar uma experiência como populista são necessárias as seguintes condições: a) a crise como condição de emergência; b) a experiência da participação como sustento da mobilização popular; c) o caráter ambíguo dos

movimentos populistas; d) a base social do movimento populista; e) a incorporação-exclusão dos segmentos sociais; além disso, devemos levar em consideração a formação social e histórica particular dos Estados populistas (MACKINNON; PETRONE, 1998, p. 44-47).

Certamente, utilizar todas essas unidades de análise seria impossível em apenas um artigo. Desse modo, com a finalidade de provar a nossa hipótese, escolhemos apenas uma condição a ser testada, a saber: a experiência da participação como sustento da mobilização popular.

A experiência da participação como sustento da mobilização popular

As mudanças socioeconômicas ocorridas no Espírito Santo a partir da década de 1950 e 1960 modificaram o quadro político. São importantes transformações, como, as migrações campo-cidade; o capitalismo industrial que adentrava em pequenos passos na economia capixaba e a crise da cafeicultura, iniciada em 1955.

A presença de novos atores sociais na arena política do Espírito Santo levou o Partido Social Democrático (PSD) a repensar suas atitudes políticas para as eleições de 1958. Assim, o partido buscou incorporar a massa popular em sua campanha política como uma forma de participação do povo. Dessa forma, o partido que tinha perdido as eleições de 1954, articulou-se em torno de uma reestruturação da Direção Executiva Estadual. Uma das consequências dessa articulação foi a decisão pelo apoio da candidatura de Juscelino Kubitschek à presidência, especialmente por causa da promessa do candidato de solucionar a

questão dos limites com Minas Gerais. Acerca da reestruturação do PSD, Almeida (2010) descreve:

[...] Na convenção do PSD, em março de 1955, Carlos foi eleito presidente do diretório regional e a direção executiva também foi totalmente renovada. Decidiu-se que o partido apoiaria a candidatura de Juscelino Kubitschek, candidato do PSD à presidência da República na eleição daquele ano (ele prometera solucionar a questão dos limites entre Minas e Espírito Santo, ainda pendente). Em 1956, o partido elaborou um programa de ação, aprovado na reunião de maio, tendo como metas a reorganização e reestruturação de todos os diretórios regionais e subdistritais, criando-se departamentos (feminino, estudantil, de assistência social e trabalhista); regime de concentrações municipais com a presença de elementos mais destacados do partido, debatendo-se e apreciando-se os problemas na localidade ou zona onde se efetuar a concentração; apoio integral e decidido aos verdadeiros líderes partidários, numa tarefa de colaboração partidária, moral e humana para que defendam e estabeleçam os legítimos postulados do Partido Social Democrático [...] (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Essa reestruturação partidária do PSD nos leva a entender que o partido visava a modificar suas práticas políticas. Suas lideranças políticas percebiam as mudanças sociais que o Brasil e o Espírito Santo sofriam, em outras palavras, percebiam um aumento da pluralidade de segmentos sociais. Assim, foi decidido pelo partido a criação dos subdiretórios partidários na Grande Vitória e nos municípios do interior do estado. Tais subdi-

retórios colocavam frente a frente os líderes políticos e as massas populares. Vale ainda destacar que, na maioria das formações desses subdiretórios, havia a presença de Carlos Lindenberg.

Os subdiretórios não foram criados somente nas áreas rurais, mas também nos principais bairros da Grande Vitória. Consoante o jornal *A Gazeta*, os locais principais onde o PSD formou os subdiretórios foram Santo Antônio, Inhanguetá, Ilha do Príncipe, Maruípe³, Gurigica, IBES⁴, Caratoíra, Mulembá, Paul, Bonfim, Forte de São João, Jucutuquara, Bairro de Lourdes, Santa Lúcia, Goiabeiras, Alto Lage, Vila Rubim, Aribiri, Ataíde e Itaquari. Também foram fundados subdiretórios no interior do estado, como os de Linhares, Guaçuí e o Distrito de Marilândia (Colatina).

Segundo o *Jornal A Gazeta*, a criação desses subdiretórios era realizada com a participação de numeroso grupo de moradores locais que não só ajudavam a criá-los, mas também a mantê-los. Nesses locais, o povo das regiões periféricas da capital e as populações do interior do estado eram convidados a participarem da política e do partido. Em muitos casos, o próprio PSD, liderado por Carlos Lindenberg, oferecia condução para moradores de outros bairros a fim de assistirem à fundação de um subdiretório num bairro mais distante⁵. Segundo Almeida (2010), desde o início

3 Maruípe era considerado um bairro populoso e operário. "PSD amanhã em Maruípe. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 10 jan. 1957."

4 Populoso bairro. "PSD leva (hoje) ao IBES seu programa de trabalho. *A Gazeta*, Vitória, p. 01, 19 jan. 1957."

5 Programa Dia 18 - Reestruturação do sub-diretório [sic] do Forte de São João com cerimônia que se realizará na sede da Associação Atlética São João; Dia 19- Reestruturação do sub-diretório [sic] do bairro do Senhor do Bonfim, na residência do Sr. Aristóbulo Bezerra; Dia 23 - Às

do ano de 1957, Lindenberg fazia a trajetória de ajudar a fundar subdiretórios nos bairros de Vitória (ALMEIDA, 2010, p. 373).

A caravana da Vitória⁶ do PSD foi responsável por vários comícios no interior do Estado e nos municípios da Grande Vitória. A campanha foi organizada, ao contrário das eleições de 1947. Sendo assim, nenhum município ficou sem comício, começando por Alfredo Chaves.

A propaganda política veiculada por Carlos Lindenberg era que a administração pública precisava ser salva do “caos administrativo”. Lindenberg colocava-se como o único capaz de salvar a administração pública por meio de trabalho

e honestidade. O jornal A Gazeta de 25 de maio de 1958 evidencia esse fato. Na entrevista, Carlos Lindenberg destaca que:

“Não prometemos o impossível, não fazemos milagres, nem oferecemos aquilo que uma boa administração não possa ou não deva realizar. Prometemos uma administração digna, capaz e consciente, sem favoritismos nem conveniências pessoais, mas tendo como fundamento ordem aos negócios públicos e a disciplina no governo e, não como base, interesse coletivo [...]”⁷.

Na manchete do jornal de 15 de julho de 1958 é ressaltado que Lindenberg:

“[...] É o único capaz de consertar isto”. ‘A opinião pública já encontrou o melhor slogan publicitário para Carlos Lindenberg - Um programa de trabalho, trabalho e trabalho’ [...]”⁸.

Na convenção ordinária de 28 de janeiro de 1958, em Vitória, Carlos Lindenberg foi lançado como candidato do partido para disputar a sucessão estadual. A candidatura seria homologada em convenção posterior e os demais cargos da chapa também preenchidos na ocasião, porque o partido acreditava na necessidade de formar alianças (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Do lado situacionista, a Coligação Democrá-

9 horas, missa na Igreja Matriz de Vila Velha em ação de graças pelo transcurso da data consagrada ao povoamento do solo capixaba; Nota: haverá condução, com saída às 8 horas, partindo da porta do partido; Comício monstro em Santo Antônio: No dia 25, às 20 horas, será realizado o comício monstro no bairro de Santo Antônio, com a presença dos representantes pessedistas no Senado Federal [sic], Câmara Federal [sic], Assembleia Estadual e Câmara de Vereadores [sic], além de líderes nacionais que virão abrilhantar a festividade. Nota: Haverá ônibus com destino a Santo Antônio, sendo 2 de Vila Velha e IBES, 2 partindo da sede e 2 partindo da zona norte, compreendendo Maruípe, Gurigica, Mulembá, etc. Os ônibus têm sua saída marcada para as 19 horas. Dia 26 - Sessão de encerramento: No dia 26, às 20 horas, ocorrerá a sessão de encerramento no Teatro Glória, presidida pelo Senador Carlos Lindenberg, em presença de convidados especiais e, para seu maior brilhantismo, facilitando o comparecimento de todos, serão colocados ônibus especiais, partindo dois veículos de Santo Antônio, 2 de Vila Velha e IBES e 8 da zona norte, a fim de fazer a concentração na praça Costa Pereira. Os diretórios interessados em condução para seus membros deverão comunicar-se com a direção do partido, a fim de estabelecer horários e outros pormenores (“Semana pessedista a Convenção estadual. A Gazeta, Vitória, p. 01, 14 mai. 1957”).

6 “Amanhã à noite na Ilha do Príncipe a Caravana da Vitória. A Gazeta, Vitória, p. 01, 5 jul. 1958.”

7 “Não prometemos o impossível, não fazemos milagres, nem oferecemos aquilo que uma boa administração não possa ou não deva realizar. A Gazeta, Vitória, p. 01, 25 mai. 1958.”

8 “É o único capaz de consertar isto. A Gazeta, Vitória, p. 01, 15 jul. 1958.”

tica (PSP, PTB, PRP, PR, UDN)⁹ vivia um clima de tensões e conflitos por causa de heterogeneidade de interesses existentes entre os partidos. O saldo desses conflitos foi o rompimento do governador Francisco Lacerda de Aguiar com a Coligação, que seria diluída, não conseguindo unir forças para enfrentar o PSD. Dessa maneira, os partidos da Coligação Democrática, que estavam fragmentados, lançaram candidaturas próprias, enquanto o PSD lançou Carlos Lindenberg como candidato e uniu-se ao Partido Social Progressista (PSP), tendo Raul Gilberti como candidato a vice-governador na chapa.

Lacerda de Aguiar¹⁰, que havia rompido com

9 Partido Social Progressista (PSP); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido da Representação Popular (PRP); Partido Republicano (PR); União Democrática Nacional (UDN).

10 Waldemar de Andrade relata que houve um encontro na tarde de 28 de junho de 1958, data em que o Brasil conquistou a Copa do Mundo, em sua casa, em Cachoeiro, entre Lindenberg, em campanha para o governo, e o governador Lacerda de Aguiar. Este propôs não se afastar do governo para ser candidato ao Senado, impedindo a ascensão do vice-governador Adwalter Ribeiro Soares que favoreceria a candidatura de Floriano Rubim a governador, conforme declarações destes em comício em Baixo Guandu, e que foram gravadas. Na visão de Waldemar, a proposta de Chiquinho facilitaria a eleição de Carlos ao governo e de Eurico Sales ao Senado pelo PSD. Em troca, Chiquinho queria ser nomeado conselheiro do Tribunal de Contas da União, “pois iria se dar uma vaga segundo estava certo”. Carlos repeliu tal acordo por ser ético e por Eurico, então ministro da Justiça, não estar presente à reunião. Waldemar telefona então a Eurico no Rio, e este consegue do presidente Kubitschek a promessa do cargo no TCU para Chiquinho, que não se afasta do governo. Mas Eurico não se interessou pela candidatura ao Senado, e “parece-me que a vaga no Tribunal não se deu, e a promessa do presidente ficou sem sentido” (ALMEIDA, Amylton de. Carlos Lindenberg: Um Estadista de seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010, p. 374).

a Coligação Democrática, ficou indiferente aos rumos das eleições de 1958. Mesmo assim, o jornal A Gazeta continuava a fazer várias críticas ao seu governo, sobretudo sobre o “caos administrativo”. Conforme Almeida (2010):

“[...] Em 29 de junho de 1958, na festa de Cachoeiro de Itapemirim, Carlos Lindenberg e Waldemar de Andrade foram visitar o Grupo Escolar Bernardino Monteiro, que apresentava uma exposição de trabalhos dos alunos. Chiquinho estava presente. Apesar dos ataques no Senado, Chiquinho nunca deixara de falar com Carlos. Waldemar propôs: “Carlos, vamos conversar com Chiquinho? Coitado, ele está tão sozinho, um governador tão só. Vamos?”. Os três ficaram conversando até às 23h30, quando se encerrou a exposição. À saída, Waldemar tocou na questão da sucessão: “Chiquinho, como é que você está arrumando a eleição, hein?” Ele respondeu: “Doutor Waldemar, já tenho os meus planos feitos. Se eu perder essa eleição, deixo este estado ingovernável. Ninguém vai poder governar depois de mim.” “Chiquinho, não diz isso. Você não pode fazer uma coisa desta.” “Pode escrever. Vou fazer, se perder” (ALMEIDA, 2010, p. 373).

Do ponto de vista de Marta Zorzal e Silva (1986), o quadro político-eleitoral esteve polarizado em três blocos políticos: A aliança PSD/PSP: Carlos Lindenberg (candidato a Governador) e Raul Gilberti (vice-governador); a aliança UDN/PRP: Eurico Rezende (Governador) e Atílio Vivacqua (vice-governador); PTB: Floriano Lopes Rubim (governador) e Arnaldo Pinto de Andrade (vice-governador) (SILVA, 1986, p. 342).

A plataforma de governo dos candidatos foi

TABELA I. RESULTADOS ELEITORAIS PARA GOVERNO DO ESTADO EM 1959

CANDIDATO	VOTOS
Floriano Lopes Rubim (PTB)	26,20%
Eurico Rezende (UDN/PRP)	26,50%
Carlos Lindenberg (PSD/PSP)	47,30%

FONTE: SILVA, 1986, p. 346.

também diferenciada. Carlos Lindenberg defendia que o PSD deveria salvar o Estado do caos administrativo em que fora colocado pelo governo Lacerda de Aguiar (1955-1958). Lindenberg se colocava como o único governante capaz de equilibrar as contas públicas e recuperar a administração pública do caos em que se encontrava. Floriano Lopes Rubim levou para os palanques o discurso trabalhista do PTB. Ou seja, centrou seu discurso principalmente nos aspectos nacionalistas da política econômica. O partido defendia, também, a criação de condições para industrialização no estado e prometia livrá-lo da cafeicultura. Por fim, Eurico Resende pautou sua plataforma no discurso contra o caos administrativo em que se encontrava a administração pública (SILVA, 1986, p. 343-346).

Nas eleições de 1962 o quadro eleitoral seria muito semelhante ao das eleições de 1954. O PSD enfrentou a Coligação Democrática (UDN, PRP, PTB, PDC, PRT, PTN e PSB)¹¹. Segundo Marta Zor-

11 União Democrática Nacional (UDN); Partido da Representação Popular (PRP); Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido Democrata Cristão (PDC); Partido Trabalhista Nacional (PTN); Partido Socialista Brasileiro (PSB).

zal e Silva (1986), a novidade desse pleito foi uma grande quantidade de migrantes das áreas rurais que se instalaram na Grande Vitória como efeito da crise do café (SILVA, 1986, p. 391). No interior do PSD era muito clara a divisão entre elites cafeieiras e elites industriais que ganharam força com a emergência da Federação das Indústrias do Espírito Santo (FINDES). Conforme Marta Zorzal e Silva (1986), as elites industriais se solidarizaram com Jones dos Santos Neves, enquanto as elites cafeieiras se solidarizaram com Carlos Lindenberg¹² (SILVA, 1986, p. 392). A princípio, a afirmação da autora parece coerente, mas, como veremos, Carlos Lindenberg tinha a concepção, como liderança política, de que o estado deveria tomar rumos di-

12 Relata Carlos Lindenberg: [...] “Antes de deixar o governo fui a Colatina conversar com Raul Gilberti, vice-governador. Disse-lhe que o partido queria meu nome como candidato a senador; desde que ele permanecesse como governador. Raul respondeu que iria cumprir as obrigações de vice-governador, estava no cargo para isso. Daí a alguns dias, ele afirmou que assumiria o governo. Confessei meu remorso em deixar o governo e ele ficar sem cargo político durante quatro anos. Raul afirmou que eu poderia ficar tranquilo quanto ao futuro dele. No dia 27 de fevereiro, o partido se reuniu para escolher o candidato e eu fui escolhido. Raul me disse que o Sr. Asdrúbal Soares, interventor do PSD, havia ido a São Paulo pegar credenciais. Se isso não acontecesse, ele ficaria comigo. Fiquei aguardando a resposta do PSD. No dia 25 telefonei de novo para Colatina, e ele me disse que viria a Vitória no dia 27, com a resposta. Apareceu às 9 horas no palácio, afirmando que não iria assumir o governo porque era candidato a governador. ‘como, Dr. Raul?’, eu perguntei, ‘o Sr. não assumiu o compromisso de assumir o governo, eu renunciando?’ ‘É’, ele respondeu, ‘mas agora sou candidato. O Sr. é culpado porque disse em Colatina ao Sr. Piccim que eu era seu candidato e lá em Colatina lançaram minha candidatura. Agora eu sou candidato’. Afirmo que realmente eu havia dito aquilo ao Sr. Piccim” [...] (As confissões de Carlos Lindenberg. Espírito Santo Agora. Vitória, n° 5, p. 54-60, mar. 1973).

ferentes dos da monocultura do café.

Na reunião da comissão executiva do PSD, realizada em janeiro de 1962, Jones dos Santos Neves¹³ foi indicado para candidato ao governo do Estado. Porém, a contragosto de Carlos Fernando Monteiro Lindenberg¹⁴ que desejava que seu sobrinho, Carlos Lindenberg Von Schilgen concorresse ao pleito.

Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg fizeram diversos comícios pelo interior do estado, bem como pela região da Grande Vitória. Santos Neves era muito enfático quanto ao destino de ser governador do estado. Em publicação do jornal A Gazeta ele afirmava: “[...] Vim para vencer

13 “Juscelino congratula-se com o PSD pela homologação da candidatura de Jones. A Gazeta, Vitória, p. 01, 12 mai. 1962”.

14 Cf. ALMEIDA, A. Op.cit., p. 432, nota 11. Relata o autor: Logo depois, Cristiano Dias Lopes Filho e Parente Frota comunicaram a Carlos que iam apoiar o nome de Jones dos Santos Neves (então diretor, no Rio de Janeiro, do Banco Operador) como candidato. Carlos lhes disse: — Eu acho que ele não é o candidato ideal. Gosto muito de Jones, é meu amigo, sempre foi muito correto comigo. Mas eu acho que da maneira como ele deixou o estado, perdendo as eleições para Chiquinho e passando todo esse tempo fora, não é conveniente ele ser candidato; — Não, doutor Carlos, nós estamos trabalhando para ver isso; — Vai ser uma eleição muito difícil; — Não vai ser não, doutor Carlos. Segundo Marta Zorzal e Silva, o Depoimento de Carlos Lindenberg: [...] “Os amigos dele (Jones dos Santos Neves) vinham tentando desde muito tempo. E eu dizia que não era possível. Vamos acabar com esse negócio de Carlos e Jones, Jones e Carlos. Chega. Vamos colocar outro candidato. Os dois que conversavam comigo, Cristiano (Cristiano Dias Lopes Filho) e Frota (Cel. José Parente Frota), e levaram o nome de Jones outra vez para o partido. Eu os aconselhei a não fazer isso, porque eles estavam criando um problema para Jones e para o partido (SILVA, Marta Zorzal e. Espírito Santo: Estado, interesse e poder. 2 v. Rio de Janeiro :Fundação Getúlio Vargas, 1986, p 397).

com o Espírito Santo ou para com ele perder [...]”¹⁵. De outro lado, Carlos Lindenberg renunciou ao governo para se candidatar ao senado, o que de acordo com ele foi um erro¹⁶.

As principais regiões visitadas por Jones dos Santos Neves foram: Cachoeiro de Itapemirim, São Mateus, Nova Venécia, Santa Maria de Jetibá, Castelo, Vitória, Guaçuí, Muqui, Anchieta, Alfredo Chaves, Mantenópolis, Ecoporanga, Barra de São Francisco, Domingos Martins, São Roque e Afonso Cláudio.

A campanha eleitoral de Jones dos Santos Neves não fugiu da proposta de seu primeiro governo, o discurso sobre o progresso era inevitável em um Brasil que a cada dia se tornava mais industrial. Desta forma, Santos Neves propunha a recuperação de sua antiga proposta de se criarem condições de infraestrutura para instalação de indústrias no estado (SILVA, 1986, p. 402).

Do lado oposicionista a Coligação Democrática (PSP, PTB, PR, PRP e parte da UDN) ganhou o reforço da ampliação da experiência populista pelo Brasil. Naquele momento, o Espírito Santo se configurava como um estado que continha um

15 “Jones: ‘Vim para vencer com o Espírito Santo ou para com ele perder’. A Gazeta, Vitória, p. 01, 28 fev. 1962”.

16 Relata Carlos Lindenberg: — De toda essa minha vida de político, só me arrependi de um ato político, que foi a renúncia. Até hoje tenho arrependimento daquele ato porque acho que cometi quase um crime com o povo do Espírito Santo. Porque entreguei o estado a alguém que não merecia esse cargo. Me dá até hoje um aperto no coração quando lembro que cometi esse ato contra os interesses do Espírito Santo, eu achava que o estado nunca me perdoaria por ter cometido aquele ato. Muitos amigos insistiram para que eu continuasse. Mas gente do partido queria que eu renunciasse e acabei cometendo essa asneira (As confissões de Carlos Lindenberg. Espírito Santo Agora. Vitória, n° 5, p. 54-60, mar. 1973).

número maior de pessoas nas cidades, diferente dos pleitos anteriores a 1958. Além disso, a coligação contava com seu candidato Francisco Lacerda de Aguiar¹⁷ que introduzira a prática populista no Espírito Santo. No pleito de 1962, ele manteve os mesmos parâmetros que haviam direcionado a vitória eleitoral em 1954.

Mais uma vez, “Chiquinho” usou a propaganda política como forma de acesso à direção administrativa do Estado. Na verdade, criou-se um “mito Chiquinho”¹⁸ diante das classes populares. Sua personalidade era ligada à bondade, uma pessoa amiga dos desprotegidos da “raia miúda”¹⁹. Ele se colocou como homem humilde, rural e amigo, isto encontrava recepção e identificação no seu próprio meio.

Sobre a campanha, Lacerda de Aguiar explica como era sua forma de fazer política, bem como relata que seguia a instrução de um amigo da câmara federal:

[...] olha – Chiquinho, se o comício tiver muito bêbado e muita gente no palanque, é vitória certa. Uma vez em Colatina queriam tirar um bêbado do palanque. Quando não tinha bêbado nos meus comícios mandava pegar no botequim da

esquina. A minha campanha era simples, não atacava ninguém. Conversava com a multidão. Tinha boa equipe de oradores: Oswaldo Zanello, Setembrino Pelissari, Floriano Rubim, Moreira Camargo, Joaquim Leite, José Cupertino, Élcio Cordeiro. Uma vez o Adhemar de Barros assistiu um comício meu, e ficou impressionado²⁰.

Setembrino Pelissari relata que:

[...] Chiquinho nunca atacava, mas sempre se dizia vítima de ataques. Isso sensibilizava o povo que tende a se colocar do lado das vítimas por solidariedade. Além de tudo, afirmava que perdoava todos os seus inimigos [...]”²¹.

Como as demais lideranças populistas do Rio de Janeiro e São Paulo, ele elaborou slogans que aproximavam sua imagem das massas populares e que começou a ser associada ao homem do povo, com frases como “Chiquinho vem aí”, no pleito de 1954, ou “Sem ódio, sem rancor, Chiquinho para governador”, no pleito de 1962. Essa ligação fez com que o povo se aproximasse do líder carismático, como relata o próprio Lacerda de Aguiar:

[...] Mas quando cheguei a Vitória foi uma apoteose. No dia do comício, os governistas encheram de água a Praça Oito, mas o povo foi lá e surgiu um slogan: ‘Chiquinho até debaixo d’água’ [...]”²².

20 Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

21 Ibid.

22 Ibid.

17 Entrevista de Setembrino Pelissari: - Na véspera do casamento do filho Renato, foi marcado um ato em que foram buscá-lo no aeroporto com um carro conversível emprestado, seguido pela população. Foi feito um comício na Praça Oito. Chiquinho atravessou a Avenida Jerônimo Monteiro carregado nos braços do povo. A campanha para seu retorno começa aí (LIMA JÚNIOR, Carlos Benevides; GURGEL, Antônio de Pádua. *Francisco Lacerda de Aguiar*. Vitória: Contexto, 2007, p. 50).

18 Cf. SILVA, M. Op. cit., p. 400, nota 15.

19 Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

Chiquinho ficou em evidência justamente pelo fato de o jornal A Gazeta publicar reportagens depreciativas sobre seu primeiro governo (1955-1958). Dessa maneira, o povo observava a ação do PSD como uma forma de revanchismo, o que possibilitou a Lacerda de Aguiar colocar-se como vítima da perseguição do jornal. Por outro lado, isso também criou uma empatia do povo com o candidato, por isso a Coligação Democrática criou o slogan: “Sem ódio, sem rancor, Chiquinho para Governador”.

A campanha de Francisco Lacerda de Aguiar também foi semelhante àquela de seu primeiro pleito. Em geral, suas metas estavam direcionadas às classes populares urbanas e ao pequeno produtor rural. Numa imagem patriarcal, Lacerda de Aguiar transferia ao eleitorado uma representação de um “Estado de amor e tranquilidade”, ou mesmo um Estado assistencial, protetor, sem os impedimentos da burocracia racional e impessoal (SILVA, 1986, p. 403). Assim, a propaganda política da Coligação Democrática foi mais eficaz diante do eleitorado, já que propunha a participação dos mais humildes na política. Chiquinho conhecia cada um, cumprimentava todos indistintamente, visitava domicílios do eleitorado. Sua imagem popular confundia-se com a de um amigo, pessoa do povo que poderia suprir as carências e insatisfações individuais dos desprotegidos²³

23 Cf. SILVA, M.Z. Op.cit., p. 405, nota 15: Joaquim de Almeida depõe: [...] As campanhas do Chiquinho foram feitas em cima dos chamados comícios relâmpagos (eu fui o introdutor dessa forma aqui em Vitória) realizados por correligionários em vários pontos da cidade em torno da estratégia pessoal de Chiquinho. O Chiquinho, por exemplo, se ele viesse fazer um comício em Vitória, e o comício

TABELA II. RESULTADOS DAS ELEIÇÕES DE 1962

Candidato	Votos
Francisco Lacerda de Aguiar	114.586
Jones dos Santos Neves	105.673
Branços	21.763
Nulos	6.564
Total	248.586

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

(SILVA, 1986, p. 405). O próprio Lacerda de Aguiar, em depoimento, afirma:

[...] Eu ia lá todos os sábado (morros), era o meu quartel general. Saía do carro particular e ia conversar com o povo. Saber das coisas. Quando chegava abria o porta-malas do carro e dava balas e cadernos, comprados com meu próprio

estava marcado para depois de amanhã, ele passava três dias em Vitória. Durante esses dias, prévios ao comício, ele passava visitando todos os bairros de Vitória, casa por casa, convidando para o comício no dia “X”, na Praça Oito. Com essa visitação, ele levava um papo com o pessoal, tornava-se próximo, amigo. E convidava, pessoalmente, cada um, dizendo: - Oh! hoje a noite quero ver você lá no comício! A mesma estratégia era utilizada no interior [...]. Também Setembrino Pelissari expressa: [...] A campanha de 1962, praticamente, realizou-se com a mesma estratégia utilizada em 1954. A diferença era que, agora, os meios de comunicação de massa já estavam atuando. Já existia a televisão, a TV Vitória, do João Calmon, que era do PSD. Ela abrangia só a Grande Vitória, mas era onde o eleitorado estava mais concentrado. A televisão estava a favor do Jones, que era candidato contra Chiquinho. Essa televisão castigava muito o Chiquinho. Nós então, nos comícios, colocávamos que Chiquinho, mais uma vez perdoava os adversários. Sem ódio e sem rancores o Chiquinho ia voltar, não ia perseguir ninguém. O funcionário podia ficar despreocupado, podia votar em quem quisesse, não tinha problema [...].

TABELA III. PRINCIPAIS CIDADES VOTANTES

	Francisco Lacerda de Aguiar - Votos	Jones dos Santos Neves - Votos	Votos em Bancos	Votos Nulos	Total
Vitória	15.100	12.569	1.024	372	29.065
Cachoeiro de Itapemirim	7.365	8.678	1.131	278	17.632
Colatina	10.807	9.265	2.316	481	22.869
Espírito Santo	9.179	6.778	1.189	79	17.225
Cariacica	5.165	3.060	542	284	9.051
Viana	585	496	138	35	1.254
Serra	1.730	1.187	294	84	3.295

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo.

dinheiro. Às vezes a coisa ficava difícil e eu tinha de tomar café com todo mundo. Tomei tanto café nos meus anos de governo que hoje não tomo de jeito nenhum²⁴.

Setembrino Pelissari também depõe:

[...] em Vitória, os principais redutos políticos dele (Lacerda de Aguiar) eram os bairros de Maruípe e Santo Antônio onde o ex-governador era carregado frequentemente pelo povo. “A idéia [sic] de nos prejudicar dizendo que Chiquinho era da raia miúda (massa popular) só nos deu vantagens²⁵.”

Nas campanhas de 1954 e 1962, Lacerda de Aguiar usava o jingle como forma de convidar as massas para a participação política, mas também

para vincular a sua imagem a de um homem popular:

[...] Chiquinho vem aí/Chiquinho já ganhou/Pra governador. Chiquinho andou a pé, Andou de Bonde, andou de trem. Apertou a mão do preto, de branco apertou também. Chiquinho é amigo do povo trabalhador. O povo quer Chiquinho/ Para seu governador (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p. 25).

[...] ô, ô, ô, ô/ Chiquinho vai ser governador!/ Chiquinho é bom, trabalhador e popular,/ E vem disposto a trabalhar!/ Chiquinho Aguiar (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p.35).

[...] Chiquinho outra vez/ Ganha eleição/ O povo quer Chiquinho/ Bem no coração. Chiquinho, se sai às ruas/ Sorrindo e a cumprimentar,/ O povo, respondendo, vai dizendo: Chiquinho!/ Chiquinho vai voltar (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p. 51).

[...] O povo pediu, tanto,/ que ele voltou./ O Dr. Chiquinho será governador! Viu!/ É popular!/ Cem por cento sim senhor!/ sempre foi um gran-

de amigo do lavrador. O povo pediu, tanto,/ Que ele voltou!/ O Dr. Chiquinho será governador! (LIMA JÚNIOR; GURGEL, 2007, p. 61).

Os resultados eleitorais do pleito de 1962 apontaram a vitória do candidato Francisco Lacerda de Aguiar.

Conclusão

A pergunta inicial deste artigo sugere a existência de uma nova realidade política no estado do Espírito Santo entre as décadas de 1950 a 1960. Se o coronelismo reflete uma troca de proveitos entre o poder público e os chefes locais, no qual esses detêm uma quantidade considerável de voto de cabresto, a fim de elegerem seus candidatos. O mesmo não acontece entre os anos de 1959 a 1966, quando houve a formação de uma nova relação política baseada na ampliação da experiência de participação popular, além da modificação do modelo político no estado.

Esse novo modelo é resultado de mudanças macroestruturais, por exemplo, as migrações campo-cidade; as transformações capitalistas e a crise do café iniciada a partir de 1955. Tal crise, além de criar um desequilíbrio social de grandes proporções, também, efetivamente, diminuiu a hegemonia das elites cafeeiras, o que possibilitou a emergência de um novo modelo político ligado as massas populares rurais e urbanas.

Por isso, o Partido Social Democrático (PSD) resolveu repensar suas atitudes políticas para as eleições de 1958, buscou incorporar a massa popular em sua campanha política como uma forma de participação popular, criando subdiretórios na

região da Grande Vitória e nos municípios do interior do estado, assim, tais subdiretórios passaram a colocar frente a frente os líderes políticos e as massas populares. Na verdade, os populares não só ajudaram a criar os subdiretórios, mas também a mantê-los. O resultado disso foi que as lideranças do PSD foram obrigadas a se dirigirem aos bairros populares, a fim de conquistar o voto popular.

Em contrapartida, a Coligação Democrática ligada ao candidato Francisco Lacerda de Aguiar usou a propaganda política como forma de acesso ao êxito eleitoral. Na realidade, criou-se o “mito Chiquinho” diante das classes populares. Sua personalidade era ligada a bondade, uma pessoa amiga dos desprotegidos da “raia miúda”. Ele se colocou como homem humilde, rural e amigo. Como um homem do povo, Chiquinho nunca atacava ninguém, mas sempre se dizia vítima de perseguição política, principalmente do PSD.

Ademais, Chiquinho, que era uma personalidade patriarcal, transferia ao seu eleitorado a configuração de um Estado de amor, de paz e de tranquilidade. Dessa forma o líder carismático se aproximou do povo, conhecia cada um, cumprimentava todos indistintamente, visitava domicílios do eleitorado. Sua imagem popular se confundia com a de um amigo, pessoa do povo que poderia suprir as carências e insatisfações individuais dos desprotegidos.

Coronelismo ou populismo no Espírito Santo? A pergunta nos leva a uma resposta imediata: no populismo, diferente do coronelismo, é necessária a participação popular.

Como vimos, as lideranças políticas como Lindenberg e Lacerda de Aguiar objetivaram conquistar a massa popular do interior e da Grande Vitória, tornaram-se carismáticos e convidativos,

24 Francisco, Chico, Chiquim, Chiquinho. *Espírito Santo Agora*, Vitória, nº 3, p. 22-37, dez.1972.

25 Ibid.

pois eles se aproximaram do povo, não como uma forma aliciadora, mas convidativa, tanto que aquelas lideranças foram até ao povo. Na realidade, eles seduziram a massa popular, por meio de novas práticas políticas e políticas públicas. Em síntese, entendemos que no estado do Espírito Santo, entre as décadas de 1950 a 1960, construiu-se um novo modelo político, o populismo, que convocou as massas para a participação popular.

Referências

- ALMEIDA, Amylton de. *Carlos Lindenberg: Um Estadista de seu tempo*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.
- CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas: Papirus, 2009.
- CARVALHO, José Murilo de. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual*. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. 1997.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 Ed. - São Paulo: Editora Globo, 1997. 2 v.
- FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.
- GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1994.
- IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 70, 4ª edição, 1978.
- LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- MACKINNON, María Moria; PETRONE, Mario Alberto. *Populismo y neopopulismo em América Latina: El problema de la cenicienta*. Buenos Aires: Eudeba, 1998.
- SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo: Estado, interesse e poder*. 2 v. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1986.
- VASCONCELOS, João Gualberto. *A invenção do coronel: Ensaio sobre as raízes do imaginário político brasileiro*. Vitória: SPDC/UFES, 1995.
- WEFFORT, Francisco Corrêa. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

Recebido em: 22.10.2016

Aprovado em: 09.12.2016

